

O FEMINISMO NEGRO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Stefany de Fátima Santos¹

Estela Aparecida Oliveira Vieira²

Resumo

A pesquisa realizada sobre o feminismo negro teve como objetivo principal pontuar as contribuições do feminismo negro para uma educação antirracista, além de expor as contribuições do feminismo negro para uma educação emancipatória e os impactos do movimento para educação. Foi utilizada como abordagem a pesquisa qualitativa, exploratória e fundamentada em uma pesquisa bibliográfica. Inicialmente, foram selecionados quarenta artigos nas plataformas Capes e Google Acadêmico, utilizando as palavras-chave "feminismo negro", "educação antirracista" e "pedagogia". A leitura dos resumos permitiu a escolha dos artigos mais relevantes, dos quais foram selecionados dez para leitura completa e escrita de resenhas. A partir da referência de um dos artigos foi selecionado mais um artigo que serviu como base para o desenvolvimento do trabalho, sendo um total de onze artigos. A análise dos resultados e a discussão foram estruturadas com base na análise dos artigos selecionados. As categorias delimitadas nos sete tópicos tiveram como objetivo explicar o movimento feminista negro em seu contexto histórico, abordar a violência de gênero contra mulheres e seus efeitos, discutir as estruturas do racismo, analisar o papel do feminismo negro na decolonialidade, destacar o poder das ativistas negras, com ênfase em Lélia Gonzalez, examinar como o ambiente escolar pode reproduzir o racismo e explorar as contribuições do feminismo negro para uma educação antirracista. A análise dos resultados demonstrou que o feminismo negro é uma importante ferramenta na luta contra as opressões baseadas em gênero, raça e classe e desempenha um papel fundamental na busca pela decolonialidade, enfrentando as relações de opressão estabelecidas pelo pensamento eurocêntrico. Também foi ressaltada a importância da escola para que não seja um espaço reprodutor de práticas racistas, e sim transformadora.

Palavras-chave: Feminismo Negro. Educação Antirracista. Currículo.

Abstract

The research carried out on black feminism had as its main objective to point out the contributions of black feminism to an anti-racist education, in addition to exposing the contributions of black feminism to an emancipatory education and the impacts of the movement for education. Qualitative, exploratory research based on bibliographical research was used as an approach. Initially, forty articles were selected on the Capes

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Lavras - UFLA - Campus Lavras. E-mail: stefany.santos2@estudante.ufla.br

² Professora do Departamento de Gestão Educacional, Teorias e Práticas de Ensino da Universidade Federal de Lavras - DPE/UFLA - Campus de Lavras. E-mail: estela.vieira@ufla.br

and Google Scholar platforms, using the keywords "black feminism", "anti-racist education" and "pedagogy". The reading of the abstracts allowed the choice of the most relevant articles, of which ten were selected for complete reading and writing of reviews. From the reference of one of the articles, another article was selected that served as the basis for the development of the work, with a total of eleven articles. The analysis of the results and the discussion were structured based on the content analysis. The categories delimited in the seven topics aimed to explain the black feminist movement in its historical context, address gender violence against women and its effects, discuss the structures of racism, analyze the role of black feminism in decoloniality, highlight the power of female activists black women, with an emphasis on Lélia Gonzalez, examine how the school environment can reproduce racism and explore the contributions of black feminism to an anti-racist education. The analysis of the results showed that black feminism is an important tool in the fight against oppression based on gender, race and class and plays a fundamental role in the search for decoloniality, facing the oppressive relations established by Eurocentric thought. The importance of the school was also highlighted so that it is not a reproducing space for racist practices, but a transforming one.

Keywords: Black Feminist. Anti Racist Education. Curriculum.

1. Introdução

O feminismo negro é um movimento que nasce da necessidade de valorizar as histórias e as necessidades das mulheres negras que se viam em solidão em relação aos seus interesses sociais e políticos, ganhando força nos anos de 1980 após as reivindicações de melhorias trabalhistas pelas feministas (SANTOS, 2019).

Até então havia o movimento feminista, entretanto este era coordenado por mulheres brancas e de classe média. O que impactava na realidade das mulheres negras, acabando por não ter suas demandas atendidas, pois as realidades dessas mulheres eram diferentes. Dessa forma surge a demanda de se criar um movimento que desse visibilidade as necessidades das mulheres pretas, adicionando assim o termo negro ao movimento feminista (EITERER; SILVA, 2022).

O movimento teve apoio de diversas ativistas negras que abraçaram a causa, com maior destaque no Brasil a ativista Lélia Gonzalez, que dedicou sua vida pessoal e acadêmica a denunciar as violências racistas e sexistas da comunidade negra (RODRIGUES; FREITAS, 2017). Seu esforço, junto com outras mulheres negras, foram responsáveis por promover debates, mobilizações e ações para combater as desigualdades e promover a igualdade de gênero e racial.

Apesar de parecer um assunto antigo e que não compactua com a atualidade, infelizmente as violências racistas são visíveis e latentes em diversos ambientes hoje

em dia, como por exemplo a instituição escolar. A escola pode ser um ambiente reprodutor de racismo seja pelas práticas, pelo material didático ou pela omissão sobre o assunto, tornando o ambiente um local de não reconhecimento dos estudantes (RIBEIRO, 2018).

De acordo com pesquisas do IBGE, em 2022, no Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais que terminaram pelo menos a educação básica obrigatória – ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio – chegou a 53,2% em 2022. No entanto, para as pessoas de cor preta ou parda, esse percentual foi de 47,0%, enquanto entre as brancas a proporção era de 60,7%, uma diferença de 13,7 pontos percentuais.

Entretanto, apesar da escola ter o dever de ser um ambiente emancipador e de reconhecimento social, nem sempre o material didático aborda a questão de maneira autêntica, ao contrário, reforça os estereótipos em torno da população negra, não desenvolve um trabalho para valorização dessas pessoas e não cumpre a Lei nº 11.645/08 de 10 de março de 2008³, antiga Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, se tornando uma instituição compactuante com as violências racistas (BRASIL, 2008).

Para compreender o surgimento do tema, a busca pela temática iniciou após um subprojeto do PIBID junto a duas escolas municipais da cidade de Lavras. A proposta consistia em levar para sala de aula debates que envolviam feminismo, tendo como referência de três mulheres que tiveram alta relevância na sociedade, sendo elas a Malala, Angela Davis e a Frida Kahlo, sendo através desse projeto que tive contato com o feminismo negro.

Foi a partir dos estudos sobre a ativista Angela Davis⁴ que conheci sobre o feminismo negro e as mulheres que contribuíram significativamente para que o movimento tivesse o devido olhar sobre ele. A relevância da pesquisa é possível perceber como o campo educacional pode ser reprodutor do racismo, que muitas vezes não é visto ou falado, para poder mascarar as atitudes racistas. Surge então a necessidade de conhecer como pode ser um ambiente de emancipação e libertador e entender quais recursos buscar, a partir da literatura disponível, sobre o movimento negro para auxiliar no combate ao racismo no campo educacional.

Diante disso surgiu o questionamento em como o movimento feminista negro

³ A Lei nº 11.645/08 estabelece a obrigatoriedade nas redes de ensino a inclusão no currículo a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

⁴ Angela Yvone Davis é uma ativista negra nascida em 1940 no estado do Alabama, Estados Unidos. É professora, filósofa e escritora que mobilizou uma campanha mundial a favor da sua libertação em 1970 após ter sido acusada de participar de um atentado.

poderia contribuir para desenvolver uma educação antirracista? A atual pesquisa teve como objetivo principal pontuar as contribuições do feminismo negro para uma educação antirracista, além de expor as contribuições do feminismo negro para uma educação emancipatória e os impactos do movimento para educação.

2. Metodologia

A presente pesquisa que constitui o artigo sobre feminismo negro como auxiliador para desenvolver uma educação antirracista, é uma pesquisa qualitativa que é definido “como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório” (GIL, 2002), exploratória que tem:

[...] como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. (GIL, 2002)

que terá como base para sua estruturação uma pesquisa bibliográfica, que busca ser desenvolvida através de materiais já elaborados, como artigos científicos e livros (GIL, 2002).

Para início da escrita foram selecionados quarenta artigos dos últimos onze anos na Plataforma Capes e Google Acadêmico através das palavras chaves “feminismo negro”, “educação antirracista” e “pedagogia”, sendo selecionados através dos títulos que poderiam ter relações com o tema escolhido, dessa forma foi feita a leitura dos resumos de cada artigos para selecionar quais atendiam de forma mais efetiva sobre o tema, ou seja, que tivesse mais próximos do contexto histórico do tema, que definissem a educação antirracista e intersecção entre educação antirracista e feminismo negro, dentre esses artigos que foram selecionados, após a leitura do resumo e comparar qual atenderia os critérios, foram selecionados dez para leitura total e um foi selecionado através das referências de um artigo, para cada uma seria escrita uma resenha, se tornando a base da escrita do desenvolvimento.

Após as escritas das resenhas, foi comparado uma resenha com a outra para que fosse possível identificar os pontos que compartilhassem o mesmo contexto para que

ocorresse a separação dos tópicos do desenvolvimento, assim foram separados sete tópicos. Para cada tópico foram feitas novas pesquisas na Plataforma Capes, Google Acadêmico e Scielo e foram selecionados mais dez artigos para agregar no conteúdo.

Para estruturar o trabalho a partir da análise do conteúdo proposta por Bardin (2011) foi realizada uma pré-análise, em seguida a exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

3. Resultado e discussão

Para estruturar a análise e chegar aos indicadores e às possíveis interpretações (BARDIN, 2011), de acordo com os objetivos deste trabalho as categorias foram delimitadas em sete tópicos que tiveram por objetivo explicar o movimento feminista negro a partir do seu contexto histórico, pontuar sobre a violência de gênero contra a mulher e os seus efeitos, as estruturas do racismo, o papel do feminismo negro para a decolonialidade, o poder das ativistas negras com especificação em Lélia Gonzalez cujo foco na ativista se deu por conta de suas aparições nos artigos selecionados para estrutura da pesquisa, em que os autores demonstravam a importância de Lélia para o movimento feminista negro no Brasil, se tornando um referencial, além de como o ambiente escolar pode ser reprodutor de racismo e as contribuições do feminismo negro para uma educação antirracista.

3.1. O movimento feminista negro

O movimento feminista no Brasil surge do movimento de mulheres operárias que lutavam contra a opressão sexista sofrida no ambiente de trabalho pelos patrões além da busca pelo direito de votar e ser votada (SANTOS, 2019). Foi assim que nos primeiros anos do século XX, com intuito de buscar melhorias nas condições trabalhistas e em busca do voto feminino, que se inicia o movimento feminista no Brasil. O movimento era liderado principalmente por mulheres brancas, de classe média alta e urbanas (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012).

Entretanto, as mulheres negras que estavam inseridas nas lutas feministas se viam ocupando um lugar de não representatividade, pois não se encaixavam nas realidades das mulheres que estavam à frente às lutas feministas. Dessa forma, segundo Eiterer e Silva (2022), foi preciso que houvesse uma divisão entre os

movimentos, em busca de uma pauta que atendesse as realidades das mulheres negras, buscando um movimento antirracista que garantisse os direitos dessas mulheres que viviam num ambiente de opressão e esquecimento.

Diante disso o termo negro é introduzido no movimento dando início ao feminismo negro cujo objetivo foi visibilizar essas mulheres, que apesar de estarem incluídas nos movimentos feministas, não se sentiam representadas nos debates dirigidos pelas mulheres brancas. Assim foi possível direcionar propostas para as mulheres negras identificando as especificidades que compõem as suas realidades, valorizando o direito de fala dessas mulheres (SILVA, 2020).

Devido a necessidade de introduzir as discussões sobre raça e classe social, segundo Damasco, Maio e Monteiro (2012) iniciou-se em torno dos anos 1980 e 1990 as críticas pelo fato do movimento ser comandado por mulheres brancas. Assim no 3º encontro feminista da América Latina e do Caribe em Bertioga - SP as mulheres negras apresentaram suas demandas nos âmbitos de violência doméstica, combate ao racismo e sexismo.

Um dos movimentos que mostrou a necessidade de contribuição as práticas feministas negras, foi:

Em 1975, quando as feministas se reuniram na Associação de Imprensa para o Congresso de Mulheres Brasileiras, solenidade pelo Ano Internacional da Mulher, Lélia Gonzalez e suas companheiras ali compareceram para apresentar um documento no qual caracterizavam a situação de opressão e exploração da mulher negra (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p. 5).

A denúncia das violências sofridas por essas mulheres focava em exigir os seus direitos dentro da sociedade. Dessa forma o feminismo negro tinha como pilar a busca de uma identidade negra, além da necessidade de tornar a pauta coerente para as mulheres negras (SANTOS, 2019).

É notório, então, que é através do feminismo negro que a mulher negra pode ocupar seu lugar de fala e com essas ações e conquistas constrói-se um novo pensamento sobre o papel dessas mulheres na sociedade (SILVA, 2019).

Dessa forma, o movimento feminista no Brasil teve início com o envolvimento de mulheres operárias na luta contra a opressão sexista no ambiente de trabalho e pela conquista do direito de voto. No entanto, as mulheres negras que participavam dessas lutas sentiam-se não representadas pelas mulheres brancas de classe média alta que lideravam o movimento. Assim, surgiu a necessidade de um

movimento específico para atender às demandas das mulheres negras, dando origem ao feminismo negro. Esse movimento visava valorizar as vozes das mulheres negras, e identificar as especificidades de suas realidades. A introdução das discussões sobre raça e classe social no movimento feminista ocorreu nas décadas de 1980 e 1990, quando as mulheres negras apresentaram suas demandas, e o feminismo negro tornou-se um espaço para denunciar as violências sofridas pelas mulheres negras e buscar seus direitos, promovendo uma identidade negra e construindo um novo pensamento sobre o papel dessas mulheres na sociedade.

3.2. Os efeitos das violências sexistas contra as mulheres negras

De maneira teórica, o sexismo vem de uma justificativa em que existe uma supremacia entre os sexos, ou seja, ocorre um complexo de poder, em que um sexo compreende que é superior a outro. Para justificar tal prática, usam como referência a compreensão de fatores biológicos, como as características físicas para utilizar do argumento que existem apenas dois sexos (KERNER, 2012).

Mas para entender na prática o sexismo, as mulheres negras, por muito tempo, não vivenciaram os privilégios que as brancas conquistaram com as lutas feministas, visualizando suas pautas serem colocadas como segunda opção, reforçando um campo de esquecimento, é possível notar essa discrepância pelas taxas de desemprego, em que as mulheres negras seguem na casa dos 27,6% e as brancas com 20,3%, notariando uma preferência por um ideal de beleza branco (CARNEIRO, 2015).

Além disso, as mulheres negras ainda seguem em desvantagens na área profissional, segundo Carneiro (2015) para que as mulheres negras consigam igualar seus salários as mulheres brancas, elas precisam estudar em torno de onze anos, quase quatro anos a mais que as brancas.

A construção histórica em cima das mulheres, levando em pauta as práticas racistas e sexistas, colocara-as como frágeis, que deveriam apenas ocupar os ambientes de casa para prover e cuidar de suas famílias, sem a necessidade de exercer funções fora de casa (RAMOS; MARHOLD; WEBER, 2022).

Essas ideias do espaço em que a mulher negra pode ocupar, fica evidente principalmente no campo profissional, a violência sexista sofrida por elas começa

pela parte em que as mulheres negras não ocupam espaços de prestígio e nem ao menos são cogitadas aos cargos por conta da aparência, em que a preferência são as brancas, de preferência loiras (CARNEIRO, 2015).

Segundo Carneiro (2015) uma pesquisa feita pelo Ministério do Trabalho e o Ministério da Justiça, apontam que 79% da mão de obra feminina negra está alocada aos serviços domésticos, ou seja, 51% apontam para os serviços domésticos e 28,4% para cargos de servidão, seja elas, lavadeira, cozinheiras, entre outros (CARNEIRO, 2015).

Dentro desses espaços de opressão a mulher negra é ainda mais esquecida, pois ela não se encaixa nos padrões de homem e branca, ou seja, "são a antítese da branquitude e masculinidade, pertencem a um não lugar e são vistas como "o outro do outro" (BARBOSA, PIRES, 2021, p. 266). Nesse contexto, a mulher negra carrega consigo os papéis sociais que foram destinados a elas de exclusão e esquecimento principalmente nas áreas de trabalho.

A mulher negra não usufrui de nenhum privilégio padrão, essa problemática demonstra como a negra é acompanhada da solidão na sociedade, assim o feminismo negro tem como intuito recuperar o protagonismo capacitando essas mulheres a ocupar os espaços, ter a liberdade de fala e escuta e de conhecimento. O campo do racismo e sexismo quando se torna corriqueiro colabora para uma ideia de que o esquecimento da população negra, principalmente as mulheres, é um acontecimento natural. (BARBOSA; PIRES, 2021).

Na entrevista com a professora Christen A. Smith⁵, é exposto que estudar mulheres negras não é apenas a junção de leituras, mas sim dar visibilidade a uma população marginalizada e violentada, podendo observar como ocorre as violências estatais com essas pessoas e como são deixadas sequelas diante dessa opressão, compreendendo que as práticas racistas e sexistas não podem se tornar algo comum (SOUZA; SILVA; JARDIM, 2022).

Mas as violências sexistas e racistas sofridas por essas mulheres não ocorrem apenas no mercado de trabalho e não somente com elas, um exemplo é quando Christen A. Smith traz um relato de uma mulher que foi abordada

⁵ Christen A. Smith é antropóloga, professora da Universidade do Texas e pesquisadora de temas como violência de Estado, racismo antinegro e seus efeitos sobre a comunidades e mulheres negras, graduada pela Universidade de Princeton (Nova Jersey - EUA)

violentamente por policiais numa ocasião em que estava de moto com seu filho e quando exigiu que fosse revistada por uma policial mulher, ela foi espancada e encaminhada a delegacia e depois de cinco dias ela veio a óbito por conta dos ferimentos (SOUZA; SILVA; JARDIM, 2022). Esse exemplo é nítido como a violência sofrida por ela não afetou somente ela, mas a sua família, seu filho e todas as pessoas que tinham uma relação de afeto com a mesma e essa prática sexista vai ser lembrada por um prazo inimaginável.

Dessa forma, a sociedade criou um estereótipo para a mulher negra, no qual ela é vista como um corpo para servir, seja sexualmente ou não. Segundo Davis (2016) na época escravagista, as mulheres negras eram exploradas como homens quando era conveniente e lucrativas para os senhores e reduzidas ao posto de fêmeas quando podiam ser exploradas sexualmente, tornando as mulheres negras mais invisibilizadas dentro da sociedade. Dentro do conceito construído para mulher negra, elas vêm ocupando um espaço de esquecimento, em que nas discussões sobre racismo e gênero os sujeitos são homens negros e mulheres brancas (SILVA, 2020). O feminismo negro busca reconhecer as práticas violentas e localizar as mulheres que sofrem diretamente e indiretamente com esses crimes, a fim de contribuir para que ocorra as devidas denúncias e que ocorra a justiça para essas populações (SOUZA; SILVA; JARDIM, 2022).

O que se pode observar é que o sexismo tem como base a ideia de uma supremacia entre os sexos, em que um sexo se considera superior ao outro, utilizando argumentos biológicos para justificar essa prática. Na prática do sexismo, as mulheres negras não vivenciaram os privilégios conquistados pelas mulheres brancas nas lutas feministas, com suas pautas sendo colocadas em segundo plano e enfrentando um campo de esquecimento. A construção histórica baseada no racismo e no sexismo colocou as mulheres negras como frágeis, destinadas apenas ao ambiente doméstico, sem oportunidades de exercer funções fora de casa. No âmbito profissional, as mulheres negras enfrentam violência sexista ao serem excluídas de espaços de prestígio e serem preteridas em cargos devido à sua aparência, com preferência por mulheres brancas e loiras. Assim, a violência sexista e racista enfrentada pelas mulheres negras não se limita ao mercado de trabalho, afetando suas vidas de forma abrangente. Isso porque a mulher negra é estereotipada como um corpo para servir, e sua invisibilidade é reforçada nas

discussões sobre racismo e gênero, que tendem a priorizar homens negros e mulheres brancas. O feminismo negro busca visibilizar as mulheres negras, combater as práticas violentas, dar voz e escuta a essas mulheres, além de buscar a justiça para essa população marginalizada e violentada.

3.3. Os conceitos sobre racismo

O termo raça era utilizado a fim de justificar as desigualdades e discriminações diante das diferenças físicas das pessoas, colocando os brancos como superiores, dessa forma compreende-se que racismo:

[...] é uma forma sistemática de discriminação a qual se fundamenta na raça, e se manifesta no comportamento de indivíduos ou nas relações de desvantagens e privilégios existentes na sociedade e determinadas pela noção de raça (SANTOS; THOMAZINI, 2022, p. 9).

Para Cerqueiro e Moura (2014) a discriminação é a ação de fazer uma distinção de uma raça a outra, de forma injusta, acreditando que certos grupos possuem características físicas indesejáveis, utilizando desses argumentos para justificar que são superiores a outros grupos. O racismo é um caso específico que muda, diretamente ou indiretamente, os eventos em torno da sua vida, isso se dá a partir do contexto histórico da escravatura, em que após a abolição os negros foram deixados à mercê da própria sorte, além de serem tidos como inferiores ao resto da população.

Santos e Thomazini (2022) trouxeram os três tipos de racismo que corroboram para exclusão, são elas individualista, institucionalista e estrutural, sendo assim a individualista como práticas racistas e condutas preconceituosas exercida por uma falha no comportamento, o ponto mais preocupante é que o problema na versão individualista é negado, facilitando a naturalização dessa conduta.

Já a percepção de racismo institucional engloba no conceito de que as instituições com as suas funções de poder em regular a sociedade geram e reforçam as desigualdades corroborando para um comportamento de privilégios, nessa concepção acredita-se que as práticas opressoras não estão ligados apenas ao individual mas na formação da sociedade, pois não é possível se tornar racista a menos que seja criado em uma sociedade racista, dessa forma as opressões

raciais estão ligadas diretamente na história e estrutura da sociedade formando assim o racismo estrutural (SANTOS; THOMAZINI, 2022).

Um exemplo perceptível de racismo institucional é quando as organizações do Estado tendem a reforçar as ações racistas nas ações cotidianas, naturalizando as práticas de violências, como:

Um caso particular de racismo institucional envolve o funcionamento das polícias em muitas localidades do país. Essas organizações constituem a ponta do sistema de justiça criminal mais perto do cidadão e, portanto, são elas que primeiro deveriam resguardar os direitos civis, a isonomia de tratamento ao cidadão e a sua incolumidade física. (CERQUEIRO; MOURA, 2014, p. 76).

A cargo disso a população negra é deixada de lado pelos órgãos governamentais que deveriam atentar-se aos crimes que essa sociedade sofre, a professora Christen A. Smith fala que os crimes cometidos contra a população negra são tidos como acontecimentos comuns, por exemplo os assassinatos de crianças negras que são confundidas com criminosos ou com algum objeto perigoso, enxergar esses crimes e não tomar atitudes cabíveis é ser conivente com a situação (SOUSA; SILVA; JARDIM, 2022).

Essas práticas violentas e ações coniventes com essas práticas é a imagem da estrutura social que se construiu em cima do racismo tornando essa pauta comum e reafirmando a violência como algo corriqueiro, é dentro desse contexto que o feminismo negro tem como foco observar essa estrutura e compreender a importância da população negra na sociedade, reconhecer as práticas violentas contra essas pessoas e com as mulheres que são afetadas diretamente e indiretamente por esses crimes e buscar contribuir para essas violências sejam expostas e que ocorra justiça para essas pessoas (SOUSA; SILVA; JARDIM, 2022).

Dessa forma, quando o racismo é negado pela sociedade, legitima-se as estruturas de violência, opressão e discriminação, tornando o negro o inimigo e o branco como a vítima, por isso é imprescindível que os negros se reconheçam como negros e identifique as condições de opressão que foram impostas buscando atuar sobre seus próprios interesses (BARBOSA; PIRES, 2021).

Assim, os autores esclarecem que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que se baseia na noção de raça, manifestando-se nas relações de desigualdade e privilégio na sociedade, podendo ser individualista, institucionalista ou estrutural, afetando a vida das pessoas de maneira direta ou indireta. O

feminismo negro busca reconhecer as práticas violentas, dar voz às mulheres negras afetadas por esses crimes e buscar justiça. A negação do racismo pela sociedade legitima estruturas de violência, opressão e discriminação, tornando o negro o inimigo e o branco a vítima. Portanto, é essencial que os negros se reconheçam como tal, identifiquem as condições de opressão impostas e atuem em prol de seus próprios interesses.

3.4. O papel do feminismo negro para a decolonialidade

As questões de gênero, classe e raça são complexas e nos espaços de poder são desiguais por conta da construção social que foi definida pelo pensamento eurocêntrico impostos pela colonialidade, que reverbera até a atualidade. Assim, o pensamento feminista negro busca potencializar o conceito de decolonialidade e denunciar essas relações de opressão (BARBOSA; PIRES, 2021).

A colonialidade é um elemento do poder capitalista, ou seja, que segue um conceito de padrão mundial e origina-se a partir da América, em que divide a sociedade em duas extremidades, centro e periferia, sendo assim produtora e reprodutora do racismo estrutural, reforçando ainda mais as desigualdades. (BARBOSA; PIRES, 2021)

Para Andrade (2018) além de servir como meio de opressão pelo poder, a colonialidade se fundamenta numa caracterização de uma raça para a população universal, dessa forma essa ideologia “possibilitou a animalização, inferiorização e hiperssexualização dos povos negros, legitimando a escravidão e a perpetuação, séculos depois, das condições degradantes de trabalho.” (ANDRADE, 2018, p. 76)

No Brasil essas relações são guiadas pelo imaginário eurocêntrico, em que tem como potencial a negação do racismo e a harmonia de raças, fundida pelo patriarcado branco, em que possibilita que as discriminações ocorram de forma quase imperceptível (BARBOSA; PIRES, 2021).

Assim como a decolonialidade, que critica o capitalismo por reforçar as relações de opressão compreendendo que a categoria raça foi feita para servir o capital, o feminismo negro traz o intuito de denunciar e desconstruir esses padrões enraizados ao longo do tempo, focando na autonomia e emancipação dessas categorias (BARBOSA; PIRES, 2021).

O feminismo negro exerce um papel fundamental na decolonialidade pois

contribuiu para a desconstrução das relações de opressão, discriminação e violência, buscando legitimar um espaço de liberdade, emancipação e autonomia (BARBOSA; PIRES, 2021).

Entretanto, é notório pelo conceito de decolonialidade que não há possibilidade de uma emancipação universal como reproduz a colonialidade, deve se ter um olhar atento às diversas realidades que um grupo minoritário compõe e através disso denunciar como a trajetória histórica dessas pessoas foi cercada de opressões (SILVA, 2020).

Diante da realidade da colonialidade que transformou o cenário em um lugar de opressão e que demanda um movimento cuja intencionalidade é amenizar a marginalização dessas pessoas, a decolonialidade tem como seu conceito principal a prática de reinvenção (EITERER; SILVA, 2022).

Sendo notório através do movimento feminista que é excludente para certas mulheres, como as negras, quando não se leva em consideração as relações de raça e classe, se tornando necessário que se construa um movimento decolonizador, como o feminismo negro (EITERER; SILVA, 2022).

O feminismo negro desempenha um papel essencial na busca pela decolonialidade, enfrentando as relações de opressão baseadas em gênero, classe e raça que foram estabelecidas pelo pensamento eurocêntrico. Ao potencializar o conceito de decolonialidade, o feminismo negro denuncia relações opressivas e busca a emancipação e autonomia de categorias que se constituem a margem. Ao criticar o capitalismo e desafiar os padrões enraizados, o feminismo negro contribuiu para a desconstrução das desigualdades e violências, promovendo um espaço de luta pela liberdade e justiça. No entanto, é importante reconhecer que a decolonialidade demanda um olhar atento às diversas realidades e trajetórias históricas marcadas pela opressão, a fim de criar um movimento inclusivo e transformador.

3.5. O poder das ativistas nos movimentos feministas e negro: a trajetória de Lélia Gonzalez

O movimento feminista negro começou a ter ênfase nos anos de 1970, mas só conseguiu autonomia dentro das organizações do movimento em 1980, contando com algumas ativistas negras (RODRIGUES; FREITAS, 2017). Segundo os autores

as obras de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Thereza Santos entre outras mulheres foram fundamentais para construção das práticas feministas negras diante da intelectualidade dessas mulheres, formando uma organização independente.

Para contribuir para essa autonomia, as ativistas seguiram uma jornada de militância que consistia na presença de mulheres negras no âmbito de lutas anti ditadura, foi a partir desse momento que aconteceu um salto em seus papéis na sociedade, sendo reconhecidas como sujeitos políticos. (RODRIGUES; FREITAS, 2017). Foi a partir desse ponto que em 1975 essas mulheres, conduzidas pela ativista Lélia Gonzalez, se reuniram para participar da Solenidade pelo Ano Internacional da Mulher e apresentaram, formalmente, as práticas opressoras e exploradoras que as mulheres negras sofriam. Ademais, foi criado o documento Manifesto das Mulheres Negras, sendo um dos primeiros manifestos expondo as dificuldades de um feminismo guiado por mulheres brancas.

Lélia Gonzalez foi uma mineira, nascida em Belo Horizonte - MG em 1935, construindo sua carreira no Rio de Janeiro, onde cursou a educação básica e superior em que cursou História e Filosofia, se tornando uma ativista do movimento negro e feminista, além de ser fundadora do Nzinga - Coletiva de Mulheres Negras, cujo intuito era discutir sobre as discriminações raciais, além de trabalhar com mulheres de baixa renda, trazendo como referência a cultura africana. (ANDRADE, 2018)

Fica nítido que Lélia Gonzalez se tornou uma mulher de grande importância para os movimentos negros e feministas, ao circular entre os dois ativismos ela demonstrou como as relações de gênero, raça e classe estão interligadas, além de fazer críticas aos movimentos a fim de demonstrar as diversas formas de opressões que as mulheres negras sofriam. (RODRIGUES; FREITAS, 2017)

Além de ocupar esses espaços, a ativista também foi fundadora do Movimento Negro Unificado e participou ativamente do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, se tornando, por fim, uma potencialidade de grande influência e importância dentro do movimento negro trazendo críticas e práticas ativas para o feminismo negro (ANDRADE, 2018).

Lélia Gonzalez teve grande importância para o movimento do feminismo negro que teve seu início nos anos 1970, mas só conquistou autonomia dentro das organizações do movimento na década de 1980, graças às ativistas negras. Lélia

Gonzalez se tornou uma figura importante nos movimentos negros e feministas, ao destacar a interligação das relações de gênero, raça e classe, além de fazer críticas aos movimentos para demonstrar as múltiplas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras. Mulheres como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro e Thereza Santos foram fundamentais na construção das práticas feministas negras, trazendo intelectualidade e formando uma organização independente. A participação das mulheres negras nas lutas anti-ditadura também impulsionou seu papel na sociedade, reconhecendo-as como sujeitos políticos. Em 1975, lideradas por Lélia Gonzalez, essas mulheres se reuniram para expor as opressões e explorações que as mulheres negras enfrentavam, resultando na criação do Manifesto das Mulheres Negras, um dos primeiros documentos a expor as dificuldades de um feminismo liderado por mulheres brancas. Como ativista, ela fundou o Nzinga - Coletiva de Mulheres Negras, participou do Movimento Negro Unificado e do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, sendo uma influência significativa no movimento negro e trazendo contribuições ativas para o feminismo negro.

3.6. O campo educacional como meio reproduzidor de racismo

A invisibilidade da mulher negra na sociedade diante do racismo estrutural pode ser notada dentro dos ambientes escolares, como a escola sendo um ambiente reproduzidor de práticas racistas. É notório a partir da forma como é retratada a sociedade negra no campo educacional, sendo reduzida apenas as histórias da escravidão, principalmente pelo material didático. A mulher negra nesse contexto, é visualizada a partir da concepção de servidão, minimizando seus papéis na sociedade como domésticas e babás e os homens aos serviços braçais (SANTOS; THOMAZINI, 2022).

Esse papel de esquecimento e subalternação que a população negra ocupa é naturalizado pela sociedade reforçando o imaginário de invisibilidade, em que propõe que os negros ocupassem os postos mais inferiorizados, sejam eles no trabalho ou no meio político (PARENTE; TEODOSIO; ALVES, 2021). Para que essas práticas opressoras perdurem nos dias atuais é facilmente possível contar com os meios de comunicação para passar adiante os pensamentos racistas de

forma naturalizada, além de ter a colaboração da indústria cultural e a escola.

Quando o início da vida estudantil se torna uma dificuldade diante da cor de pele que se tem, é acarretado diversos obstáculos para adentrar nos ambientes educacionais, mesmo que seja possível a ingressão no ensino superior, as condições de permanência podem ser um fator contribuinte para a desistência dos estudos, pois diante da realidade da maioria da população negra, em especial das mulheres negras, muitas necessitam trabalhar e estudar aumentando o baixo desenvolvimento de aprendizagem (RAMOS; MARHOLD; WEBER, 2022) O racismo se encontra em diversas relações e dentro do ambiente escolar pode se tornar ainda mais latente a partir da reprodução do racismo e o sexismo afetando diariamente a vida e a rotina das pessoas negras.

A escola pode ser um ambiente reprodutor de racismo, a partir do momento que compactua ou não se impõe diante de práticas racistas. Ribeiro (2018) expõe situações que demonstram como a escola pode se tornar um ambiente opressor e assustador durante o período de permanência. A autora relata que durante a sua vida escolar se deu através de muito medo e vergonha, acreditando que por conta da sua cor de pele não seria compreendida em sala de aula. Muitas vezes, mesmo sabendo a resposta da pergunta, não cogitava levantar as mãos pois sabia que não seria ouvida, ou sua resposta seria rebaixada acreditando-se que ela não era capaz de compreender sobre aquele assunto (RIBEIRO, 2018)

Dessa forma a escola pode ser compreendida com um ambiente que perdura dois pilares, o de reprodução de violências racistas com práticas opressoras e um ambiente com potencial de emancipação e desconstrução. Mas é possível evidenciar como a escola e a sua estrutura educacional é compactuante com as opressões “pois ao ignorar as inúmeras contribuições do povo negro na formação do Brasil, afasta seu importante papel na formação do povo brasileiro e na construção da nação” (PARENTE; TEODOSIO; ALVES, 2021, p. 907).

Além das ofensas por parte dos colegas e a solidão sofrida durante os intervalos, ela não era nem cogitada para participar dos eventos da escola, Ribeiro (2018) apontou o desgosto ao saber de sua facilidade em leitura, mas que foi necessário que implorasse para participar da leitura no dia do livro, que só foi aceita após a aluna branca não poder estar presente.

Os estudos evidenciam como o ambiente educacional é cercado de

conservadorismo pelo profissional, através da falta de conhecimento sobre relações raciais, de gênero e classe. A falta de interpretação das realidades e a imparcialidade na construção de atividades com foco nesses debates, levando até mesmo conteúdo com teor racista (PARENTE; TEODOSIO; ALVES, 2021, p. 907).

As estruturas curriculares das escolas são materiais que contribuem para que o racismo se torne corriqueiro no âmbito educacional colocando negros em postos estereotipados sem demonstrar a contribuição desse povo para a história do país, Andrade (2018) aponta no trecho esse ponto, em que:

[...] a nossa estrutura curricular há décadas reproduz para a educação básica o cânone da mestiçagem e da democracia racial. Nas aulas de história, sociedades africanas só aparecem no contexto da escravidão. Os negros e indígenas brasileiros, por sua vez, ocupam o local do folclórico e do exótico, não sendo representados como sujeitos históricos partícipes (ANDRADE, 2018, p. 78).

Segundo Silva (2020) a criação do documento BNCC sofreu algumas intervenções do governo depois de uma crise em 2016, carregando um arsenal de conservadorismo, formando dessa forma dois pilares antagônicos, um em representar os interesses do mercado e outro grupo que era contrário a esses interesses.

Dessa forma, no ponto em que cita sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais compreende-se que a busca é promover uma educação antirracista, mas diante da análise do autor, a seção do Ensino Fundamental foi silenciada sem trazer atividades que possibilitasse aos educandos reflexões (SILVA, 2020).

No Ensino Médio os apontamentos não fogem do contexto da Educação Fundamental, é notório que os conteúdos étnico-raciais são levados como conteúdos incluídos no currículo nas disciplinas básicas, dessa forma não aponta atividades que possibilitem uma transversalidade. Nesse sentido, não é possível visualizar uma reprodução dos discursos sobre uma educação antirracista pois o documento reforça que esse debate pode ser visto apenas no ensino sobre África, povos indígenas e afro-brasileiros, sem ocorrer uma intersecção através dos conteúdos. (SILVA, 2020)

Para Andrade (2018) poucos eram os profissionais da educação que traziam as contribuições da população negra para o campo educacional, que buscavam incluir os acontecimentos históricos das populações africanas escravizadas para a sala de aula.

Dentro das análises, é possível visualizar como é necessário perceber o campo histórico da população negra, a fim de compreender como a reprodução do

racismo e sexismo podem afetar bruscamente a vida social e profissional de mulheres e homens negros e buscando minimizar os impactos negativos na sociedade negra, o feminismo negro é um grande potencializador que colabora para que as opressões sejam vistas e pode ser um auxiliador no campo educacional (RAMOS; MARHOLD; WEBER, 2022).

A escola, como ambiente reprodutor de práticas racistas, evidencia a invisibilidade da mulher negra na sociedade, reforçando a invisibilidade e impondo posições inferiores no trabalho e na política. Meios de comunicação, indústria cultural e a própria escola contribuem para a perpetuação dessas práticas opressoras.

A discriminação racial afeta a entrada e a permanência das pessoas negras nos ambientes educacionais, prejudicando o desenvolvimento acadêmico. A escola pode ser um ambiente opressor, reproduzindo violências racistas e opressões. No entanto, também pode ser um espaço de emancipação e desconstrução. A falta de conhecimento sobre relações raciais, de gênero e classe, além da estrutura curricular que estereotipa os negros, contribuem para o racismo corriqueiro no ambiente educacional. É essencial reconhecer a contribuição da população negra na história do país e incluir esses aspectos nas práticas educacionais. O feminismo negro desempenha um papel importante na luta contra as opressões, incluindo no campo educacional.

3.7. O feminismo negro como auxiliador para uma educação antirracista

No Brasil as práticas pedagógicas não auxiliam para a contribuição dos conhecimentos sobre os povos africanos no âmbito educacional, fazendo com que as práticas tenham como base de origem a filosofia ocidental, o que faz com que a filosofia africana seja emergida no esquecimento. A escola é a instituição responsável em ministrar conhecimentos que possa transmitir as contribuições sobre a cultura africana, a fim de diluir os estereótipos que cercam o negro revelando os meios e os espaços que incentivam as atitudes racistas. Diante disso, a escola é uma das instituições fundamentais para a produção de conhecimento decolonizadores, ou seja, que buscam desprender as representações negativas que foram construídas pela sociedade em torno da população negra. (ANDRADE, 2018)

Quando falamos de uma educação decolonial, o feminismo negro se

apresenta como ferramenta para auxiliar a educação antirracista, pois é através dela que se pode notar de forma crítica a desumanização das minorias construídas pela modernidade (SILVA, 2020). O feminismo negro é um movimento em que as mulheres buscam seus direitos e deveres visando igualitarismo na sociedade, sendo que foi através desse movimento que possibilitou conquistar direitos sociais e políticos.

Andrade (2018) aponta que os movimentos negros têm sido grandes aliados para o âmbito da educação, acredita-se que os grupos negros diante de suas características culturais, religiosas, políticas e artísticas colaboram para uma valorização das histórias negras no Brasil buscando um meio de superação do racismo.

É possível compreender que:

[...] os movimentos sociais são percebidos e analisados como atores políticos, produtores e agentes sistematizadores de saberes, que conta com a contribuição de pesquisadoras/es, artistas, educadores, lideranças comunitárias, entre outras (ANDRADE, 2018, p. 79).

Os movimentos negros são contribuintes para dar base para uma educação antirracista, entretanto há uma necessidade de mudança no contexto escolar e no currículo, Santos e Thomazini (2022) analisaram esses pontos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que compõem um pensamento de inversão do que é estruturado na sociedade sobre as populações minoritárias. O documento traz alguns pontos que demonstram o reconhecimento da população negra na história da sociedade brasileira, citando o “[...] respeito à pluralidade cultural, social e política [...]” como meio para reconhecer as diferenças de maneira respeitosa (BRASIL, 2018, p. 398).

Ao perceber que os documentos que regem as escolas apontam que existe um respeito em relação aos acontecimentos históricos da população negra, Andrade (2018) aponta que os conhecimentos emancipatórios que vem se construindo nos chãos escolares são decorrentes do papel educativo dos movimentos negros.

Mas para compreender os papéis sociais e políticos na sociedade é necessário que se tenha conhecimento sobre os postos que exercem, a educação capacita seus cidadãos a entenderem a sua contribuição e deveres no meio social, assim é possível visualizar espaços de opressão e buscar resoluções. Então,

discutir sobre racismo e sexismo nos ambientes escolares é um dos meios para expor as discriminações nesses locais, promovendo a intelectualidade dessas pessoas. É a partir desse ponto, que se começa a reconhecer as discriminações que são sofridas e através do conhecimento se desenvolve a capacidade para buscar mudança (SILVA, 2020).

Um dos métodos introdutórios para conhecer a cultura afro-brasileira e reconhecer os pontos de opressão foi a partir da Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, que incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade de discutir o tema “História e Cultura Afro – Brasileira e Indígena” e a inclusão no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”, dando um ponto de partida para as discussões no ambiente escolar (BRASIL, 2008).

A implementação da Lei foi uma conquista das lutas dos movimentos negros, incluindo o feminismo negro, que buscam incessantemente a recuperação das histórias das pessoas negras, principalmente das mulheres, e conseguir uma nova interpretação dessas histórias, revelando nas áreas de conhecimento saindo das figuras negativas que foi inserida nos currículos, revelando nas áreas de conhecimento (ANDRADE, 2018).

O conhecimento não necessariamente se dá no âmbito escolar, pois o acesso à educação no que diz respeito a população negra ainda é precário, sabendo disso algumas mulheres negras se juntaram e criaram uma coletiva denominada *Coletiva Mulheres da Quebrada* em 2018, a fim de atender a comunidade Aglomerado de Belo Horizonte diante de suas demandas, buscando concentrar atendimentos às mulheres que sofrem algum tipo de violência, desenvolvendo práticas que traça objetivos de emancipação social, através do trabalho de psicólogas, professoras, pesquisadoras das relações étnico-raciais e artistas (EITERER; SILVA, 2022).

A Coletiva oferece atividades que protagonizam essas mulheres negra violentadas e abrem espaço para que elas possam ter suas vozes ouvidas, além de atender algumas necessidades básicas da comunidade como a kits de higiene, cesta básica, interações que debatem sobre violência, racismo e sexismo, construindo um ambiente de conhecimento e emancipação em que a população negra consegue compreender e enfrentar a opressão. Diante da realidade de opressão que a população negra sofre e a reafirmação do racismo no cotidiano,

principalmente escolar, a Coletiva de Mulheres é uma prática em conjunto com a comunidade que aponta meios para uma emancipação de uma população através da educação oferecendo acesso ao conhecimento contribuindo para a valorização de uma educação antirracista (EITERER; SILVA, 2022).

Pode ser observado que o feminismo negro desempenha um papel fundamental na busca por uma educação antirracista no Brasil. As práticas pedagógicas muitas vezes negligenciam o conhecimento sobre os povos africanos, resultando na exclusão da filosofia africana no ambiente educacional. A escola é uma instituição crucial para dismantelar estereótipos e disseminar o conhecimento decolonial, reconhecendo a contribuição da cultura africana. O movimento negro tem sido um aliado importante nesse processo, buscando valorizar a história negra e superar o racismo. A inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" nas escolas, enquanto lei do Estado, foi uma conquista dos movimentos negros, incluindo o feminismo negro. No entanto, o acesso e a permanência à educação ainda são limitados para a população negra, e iniciativas como a Coletiva Mulheres da Quebrada têm surgido para atender às demandas da comunidade e promover a emancipação social por meio do conhecimento e da superação da opressão. Essas práticas colaboram para uma educação antirracista e a valorização da cultura negra.

Considerações Finais

O texto destaca a importância do feminismo negro na luta contra as opressões baseadas em gênero, raça e classe. O movimento feminista negro surgiu da necessidade de representação das mulheres negras, que não se sentiam incluídas no movimento feminista liderado por mulheres brancas. As violências sexistas e racistas enfrentadas pelas mulheres negras são amplas e afetam suas vidas de maneiras diversas.

O movimento busca visibilizar essas mulheres, combater as práticas violentas e buscar justiça para essa população marginalizada. Além disso, o feminismo negro desempenha um papel fundamental na busca pela decolonialidade, enfrentando as relações de opressão estabelecidas pelo pensamento eurocêntrico.

As ativistas, como Lélia Gonzalez, desempenharam um papel significativo na construção das práticas feministas negras, trazendo intelectualidade e formando uma

organização independente. É necessário estruturar estratégias para que a escola não se torne um meio reprodutor de práticas racistas, pois ela é um espaço de emancipação e desconstrução, para isso é importante que reconheça a contribuição da população negra na história do país.

O feminismo negro contribui para uma educação antirracista ao valorizar a história negra, desmantelar estereótipos e disseminar o conhecimento decolonial. A inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" nas escolas foi uma conquista dos movimentos negros, incluindo o feminismo negro, mas ainda há desafios a serem enfrentados, como o acesso limitado à educação e a permanência para a população negra, reprodução do racismo nas relações interpessoais dentro das escolas, além do currículo eurocêntrico que desrespeita à lei nº 11. 645 juntamente com a BNCC que silencia sobre educação para as relações étnico-raciais, gerando assim uma ausência de representatividade e proporcionalidade em sala de aula.

Iniciativas como a Coletiva Mulheres da Quebrada surgem para atender às demandas da comunidade e promover a emancipação social por meio do conhecimento e da superação da opressão, colaborando para uma educação antirracista e a valorização da cultura negra.

Referências

ANDRADE, Michely Peres de. LÉLIA GONZALEZ E O PAPEL DA EDUCAÇÃO PARA O FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO. **INTERRITÓRIOS**, v. 4, n. 6, p. 75-91, 2018.

Barbosa, C. F.; Pires, E. O., FEMINISMOS NEGROS E DECOLONIALIDADE. **ODEERE**, v. 6, n. 1, jan./jun., p. 257-286, 2021.

BRASIL. Lei 11.645/2008, de 10 de março de 2008. ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, MODIFICADA PELA LEI N.º 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, PARA INCLUIR NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE DE ENSINO A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA "HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA". Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: Acesso em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: 21 jul. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2015.

CERQUEIRA, D. R. de C.; MOURA, R. L. de. VIDAS PERDIDAS E RACISMO NO BRASIL. Doi:10.5212/PublicatioCi.Soc.v.22i1.0007. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 73–90, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/6320>. Acesso em: 8 maio. 2023.

CEVA, Antonia Lana Alencastre. LÉLIA GONZALEZ – FAZENDO ESCOLA. **Revista Mosaico**. 2015 Jan./Jun.; (1): 23-28

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. FEMINISMO NEGRO: RAÇA, IDENTIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA NO BRASIL (1975-1993). **Revista Estudos Feministas**, v. 20, p. 133-151, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

EITERER, Carmem Lucia; DA SILVA, Tatiana Neves. UMA REFLEXÃO SOBRE A ATUAÇÃO DE UMA COLETIVA DE MULHERES NEGRAS NA PERSPECTIVA DA DECOLONIALIDADE. **Periferia**, v. 14, n. 2, p. 115-133, 2022.

GIL, Antonio Carlos et al. **COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA**. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KERNER, Ina. TUDO É INTERSECCIONAL?: SOBRE A RELAÇÃO ENTRE RACISMO E SEXISMO. **Novos estudos CEBRAP**, p. 45-58, 2012.

PARENTE, Paulo D., TEODOSIO de Sousa.; ALVES, F. R. V. (2021). DECOLONIZAR É PRECISO: PENSANDO A ESCOLA E O CURRÍCULO PARA A SUPERAÇÃO DO RACISMO. **Revista Educar Mais**, 5(4), 901–916.

PEREIRA, Camila Santos; PEREIRA, Anamaria Ladeira; POCAHY, Fernando. O PENSAMENTO DE LÉLIA GONZALEZ NA EDUCAÇÃO: AMEFRICANIDADE, PRETUGUÊS E OUTRAS CATEGORIAS. **Revista de Ciências Humanas**, v. 2, n. 21, 2021.

RAMOS, Daniela; MARHOLD, Laura Maria; WEBER, Vera BP Zimmermann. FEMINISMO NEGRO: UM MOVIMENTO QUE TRANSFORMOU A INSERÇÃO DE MULHERES NEGRAS EM ÂMBITOS SOCIAIS E EDUCACIONAIS. **Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 4, n. 3, p. 3-14, 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. Editora Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. ATIVISMO FEMINISTA NEGRO NO BRASIL: DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS AO FEMINISMO INTERSECCIONAL. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2021.

SANTOS, Isabela Borstel dos; THOMAZINI, Thais Damaris da Rocha. RACISMO, FEMINISMO NEGRO E EDUCAÇÃO: RACISMO, FEMINISMO NEGRO E EDUCAÇÃO. **Revista Brasileira de Educação e Inovação da Univel (REBEIS)**, v. 1, n. 2, 2022.

SILVA, Clesivaldo da. A educação étnico-racial na Base Nacional Comum Curricular: invisibilidade ou promoção de uma Educação antirracista. **ANPEd- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, 2020.

SILVA, Flávia Helena Santos da. A educação a partir do feminismo negro. **LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 93-107, nov. 2020. ISSN 2594-8261. Disponível em: <<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/332>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SOUSA, Adriana Tolentino; SILVA, Uvanderson; JARDIM, Fabiana. Feminismo negro: pedagogias, epistemologias, ético-políticas e métodos. Entrevista com Christen A. Smith. **Educação e Pesquisa**, v. 48, 2022.

TRINDADE, A. C. dos Santos (2019). O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL E O ENFRENTAMENTO DAS OPRESSÕES DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO. **Educação Em Foco**, 23(1), 405–420.